

Evento contou com participação de representantes da Susep, que esclareceram dúvidas sobre os relatórios de auditoria interna da 1ª fase do BDPO



O presidente da Comissão de Controles Internos da CNseg, Assizio Oliveira, fala aos presentes, observado, do púlpito, pelo analista técnico da Susep, Vitor Hottum

A [Circular Susep 517/2015](#) definiu a necessidade de as empresas supervisionadas pela Susep constituírem bancos de dados para armazenamento de informações relativas às suas perdas operacionais, entendendo perda operacional como “o valor quantificável associado à falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrente de fraudes ou eventos externos”. Ressaltando que essa exigência só é válida para as empresas que apresentaram, simultaneamente, prêmio-base anual e provisões técnicas superiores a R\$ 200 milhões em dois exercícios seguidos.

Assim, ainda de acordo com a norma, os Bancos de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) devem estar totalmente estruturados em agosto de 2018, mas, antes disso, as supervisionadas foram obrigadas a produzir relatórios de auditoria sobre seus sistemas de controles de identificação, captura e classificação das perdas operacionais materiais dos eventos de recuperação e das atualizações a elas associadas.

A exigência de auditoria também existe para a segunda fase de construção deste banco de dados, bem como anualmente, após o início da coleta destas perdas. Para que esses futuros relatórios pudessem ser produzidos da maneira mais correta possível, a Comissão de Controles Internos da CNseg, por meio de seu Grupo de Trabalho de Auditoria Interna, organizou workshop sobre o tema, no Auditório da CNseg no Rio de Janeiro, em 09.05. Neste evento, a Susep apresentou a avaliação destes relatórios, que foram classificados em A (ótimo), B (bom) e C (insuficiente). Vale ressaltar que esta classificação, apesar de não ser divulgada ao mercado, orientará as futuras fiscalizações.

Reunindo cerca de 77 profissionais do setor, o workshop contou com abertura da superintendente de Acompanhamento Técnico da CNseg, Karini Madeira e do presidente da Comissão de Controles Internos da CNseg, Assizio Oliveira, seguido de apresentação do analista técnico da Susep, Vitor Hottum, que fez uma palestra bastante didática sobre as principais falhas encontradas nos relatórios e como estas poderiam ser corrigidas.

Segundo Vitor, as empresas que obtiveram nota C em seus relatórios serão fiscalizadas com foco "não punitivo", mas sim, em mais um esforço em prol da padronização dos dados. Padronização, esta, primordial para a utilização dos dados na futura revisão da modelagem do capital de risco

baseado no risco operacional. Entretanto, lembrou ele, mais de 75% dos relatórios obtiveram notas A e B, valor maior que o inicialmente imaginado.

Durante o encontro, muitas perguntas foram feitas e muitas dúvidas foram esclarecidas, satisfazendo os profissionais de auditoria interna que, como lembrou Assízio, "têm obrigação de cumprir o princípio da eficiência".

Fonte: CNseg, em 15.05.2017.